

## FORMAÇÃO DOCENTE FRENTE ÀS POLÍTICAS NO CENÁRIO DE CENTRALIZAÇÃO CURRICULAR

**DIAS, Rosanne Evangelista**  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

**PONCE, Branca Jurema**  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Em ano, cuja agenda educacional ficou marcada pela apresentação pelo Ministério da Educação (MEC) de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Associação Brasileira de Currículo (ABdC) convida os pesquisadores a se debruçarem sobre o tema do Dossiê “Formação docente frente às políticas no cenário de centralização curricular”. A proposta para a discussão do tema encontra-se implicada por diferentes políticas curriculares e é impactada, de modo especial, pelo debate da BNCC na sua relação com os professores - pensadores, organizadores, sistematizadores e avaliadores criativos do currículo da escola básica.

O cenário das políticas curriculares para a educação básica, em diferentes escalas, tem sido marcado pela intensa produção de regulações que tem como características fundamentais a centralização curricular, a produção de materiais didáticos, os processos de avaliação externa do desempenho dos alunos, a associação entre os resultados obtidos nessas avaliações com o trabalho e a formação docente. O risco que se corre é o da responsabilização do professor, de modo isolado, pelo fracasso escolar.

A produção de políticas é um processo complexo tensionado por diferentes forças, processos de significação em diferentes contextos e, portanto, tem o desafio de dar voz aos diferentes sujeitos *da* e *na* educação, a todo momento.

O que se pretende controlar com a finalidade de padronizar currículos acaba também por projetar modos de ser professor a partir de uma ideia-base sobre a educação. Objetivos de controle que se enunciam nos textos das políticas curriculares para a formação docente buscam a autoregulação desses profissionais no cumprimento de metas de resultados em relação ao desempenho dos estudantes, da escola e dos professores, e acabam influenciando o conteúdo de sua formação, inicial ou continuada. Processos de performatividade reduzem o trabalho dos professores ao que eles podem produzir apenas no contexto da eficiência e da eficácia do ensino.

=====

Em textos políticos nacionais e globais, com finalidades normativas ou não, discursos em defesa da qualidade da educação, apresentados pela Organização das Nações Unidas – ONU, na Declaração Mundial sobre a Educação para Todos, atribuem especialmente aos professores a responsabilidade pelo sucesso e/ou pelo fracasso das reformas curriculares. Esses discursos, marcados pela ambivalência na qual, por um lado, os professores podem ser reconhecidos pela singularidade do seu trabalho autoral e, por outro, pela responsabilização individual em garantir o êxito dos seus alunos nos processos de avaliação externa, acentuam, cada vez mais, o foco nos resultados em detrimento da consideração dos processos de ensino-aprendizagem que, a cada dia, estão sendo reinventados no cotidiano das escolas.

Documentos da Região Iberoamericana tais como o MIRADAS e o METAS EDUCATIVAS 2021, ambos produzidos pela Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura e Fundación Santillana, buscam operar com o controle do currículo da formação de professores tendo como perspectiva “standardizar os perfis docentes”, com processos de acreditação das instituições formadoras, com certificação daqueles que se integram ao serviço e com a defesa de uma correspondência entre formação de professor e desempenho de aluno utilizando-se de uma relação comparada como “as duas faces de uma mesma moeda”.

Na organização deste Dossiê, podemos verificar diferentes dimensões, que estão presentes na formação e no trabalho docente nesse cenário de centralização curricular, a partir das pesquisas desenvolvidas pelos autores que aceitaram o convite para o debate apresentando seu artigo para o presente número da revista e-Curriculum. Diferentes leituras, concepções, focos sobre a formação de professores confirmam a impossibilidade de uma leitura única quando tratamos de currículo.

Este Dossiê conta com a contribuição de 20 autores que apresentam 8 artigos nacionais e 2 internacionais. Na abertura contamos com o artigo de Maria de Fátima Cossio, da Universidade Federal de Pelotas, “Agenda transnacional e governança nacional: as possíveis implicações na formação e no trabalho docente”, que analisa o papel de organismos internacionais na produção de políticas de currículo, destacando o do Banco Mundial. Explora também as relações público-privadas a partir da presença de Fundações, Institutos e Organizações não Governamentais, assim como as relações que se estabelecem na formação e no exercício da docência.

Juares da Silva Thiesen, da Universidade Federal de Santa Catarina, em seu artigo “Virada epistemológica do campo curricular: reflexos nas políticas de currículo e em proposições de interesse privado”, debate, no campo do currículo, o que considera uma “possível relação”

entre a produção teórica de autores pós-críticos e a atuação de organizações não-estatais e privadas em sistemas públicos de ensino na produção de textos da política curricular brasileira. Thiesen, atribui aos discursos de matriz pós-críticas o fortalecimento dos discursos empresariais para as escolas públicas e sistemas educacionais.

A profissionalização docente como projeção de uma identidade do que é ser professor é o tema do artigo “Des-sedimentações de discursos com centralidade no social que tendem a projetar políticas curriculares para a formação docente”, de autoria de Talita Vidal Pereira e Verônica Borges, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Com apoio da perspectiva pós-estrutural, dialogando com a Teoria do Discurso, as autoras analisam as articulações de sentidos do significante *profissionalização docente*.

O processo de formação da identidade profissional docente no contexto do gerencialismo e da performatividade é analisado por Viviane Gualter Peixoto da Cunha e Vânia Finholdt Ângelo Leite, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, e Maria Inês Marcondes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, no artigo: “Formação da identidade do professor no cenário das políticas locais de centralização curricular: limites e possibilidades”. Dialogando com a produção teórica de Bernstein (2003) e Ball (2005), as autoras problematizam como vem sendo forjado o chamado “novo profissionalismo” a partir de investigação realizada na rede pública municipal do Rio de Janeiro.

Partindo do documento “Pátria Educadora: a qualificação do ensino básico como obra de construção nacional – Versão Preliminar”, de abril de 2015, Virgínia Louzada, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e Roberto Marques, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em seu artigo “Políticas de regulação para a educação no Brasil: interfaces entre currículo, avaliação e formação docente”, discutem transformações na escola pública focalizando a relação entre o currículo, a avaliação e a formação e suas implicações na regulação docente e produção de subjetividades.

Em defesa de *atos de currículo autorizantes* nos processos de formação docente, Roberto Sidnei Macedo, da Universidade Federal da Bahia, aborda em seu artigo “Implicação, autorização e standardização curricular: a formação de professores como re-existência”, não apenas os mecanismos de centralização curricular, mas as possibilidades instituintes que, na centralidade da experiência docente, potencializa a autonomia e a autoria docente.

=====

Alexandra Garcia e Helena Fontoura, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no artigo “Guarda isso porque não cai na provinha’: pensando processos de centralização curricular, sentidos de comum e formação docente” nos convidam a pensar os processos formativos docentes no cotidiano da luta da escola pública da Educação Básica. A partir de diferentes enfoques teórico-metodológicos, consideram as múltiplas demandas do currículo, da escola, das identidades em disputa na sua relação com as práticas curriculares e com a formação docente.

A formação docente, inicial ou em serviço, praticada a partir da experiência em projeto desenvolvido em cineclubes de municípios do Rio de Janeiro é o que o artigo “Formação de professores com filmes: os clichês como formadores de docentes e indicadores dos múltiplos caminhos da centralização curricular”, de autoria de Nilda Guimarães Alves, Alessandra da Costa Barbosa Nunes Caldas e Rebeca Silva Brandão Rosa, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, nos apresenta para pensar os *mundos culturais* dos docentes em sua singularidade e coletividade em diferentes escolas.

No artigo “Um mestrado francófono a distância para a formação de profissionais da educação em Burkina Faso”. Stéfanie Gasse e Thierry Ardouin, da Universidade de Rouen, França, discutem os resultados de uma pesquisa que realizaram em Burkina Faso, país da África subsaariana, com 48 estudantes de um curso de um Mestrado Profissional na modalidade a distância. Os autores interrogam as lógicas de profissionalização do público que conclui esse Mestrado e os efeitos dessa formação em seus contextos de atuação.

Maria Julia Carvalho de Melo e Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida, da Universidade Federal de Pernambuco, e Carlinda Leite, da Universidade do Porto, em Portugal, trazem em seu artigo “Estágio supervisionado no curso de pedagogia: movimento discursivo entre o projeto curricular e a prática docente de estudantes já professores com experiência”, o diálogo no âmbito da produção discursiva entre a universidade e a escola básica, a partir de uma investigação desenvolvida sobre o estágio curricular como componente curricular da socialização profissional.